

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**DEPENDÊNCIA CULTURAL NO PENSAMENTO DE
CELSO FURTADO**

VINICIUS CUNHA FERREIRA

matrícula n°: 109023933

Orientador(a): Maria Mello de Malta

Co-orientador(a): Bruno Nogueira Ferreira Borja

DEZEMBRO DE 2014

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade exclusiva do autor(a).

Nunca cometo o mesmo erro
duas vezes
já cometo duas três
quatro cinco seis
até esse erro aprender
que só o erro tem vez.

Paulo Leminsky

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que me ajudaram neste percurso árduo de formação. Com cada palavra ou disponibilidade para me amparar nos momentos difíceis.

RESUMO

No presente trabalho é estudada a evolução do pensamento de Celso Furtado desde da formulação da teoria do subdesenvolvimento até a questão cultural. Tivemos como objetivo geral sistematizar o debate sobre o aspecto cultural do desenvolvimento. Tivemos como resultado de que a superação do subdesenvolvimento deve também passar pela cultura de uma nação.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
FMI	Fundo Monetário Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
EUA	Estados Unidos da América
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	12
I.1) - Introdução e Contexto Histórico.....	12
I.2) - Estruralismo Latino Americano.....	15
I.3) - Método histórico estruralista.....	21
CAPÍTULO II- SUBDESENVOLVIMENTO EM FURTADO.....	26
II.1) - Progresso Técnico.....	26
II.2) - Relação Centro- Periferia.....	32
III.3) – O mito do desenvolvimento.....	36
CAPÍTULO III – DEPENDÊNCIA CULTURAL.....	40
III.1) Sistema de Cultura.....	40
III.2) Formação da Dependência Cultural.....	42
III.3) Cultura da Dependência.....	48
III.4) Acumulação e Criatividade.....	53
CONCLUSÃO.....	56
BIBLIOGRAFIA.....	59

INTRODUÇÃO

A questão do Desenvolvimento Econômico atrai a atenção dos economistas já há muito tempo. O debate acerca do tema começa a ter mais destaque na década de 50. A essa época acreditava-se que por meio do planejamento estatal e coordenação do investimento público os países tidos como subdesenvolvidos poderiam se tornar “desenvolvidos”. Com o fim da segunda guerra mundial os organismos multilaterais recém-criados tinham papel de destaque, fazendo com que houvessem fóruns internacionais em que se manifestava uma preocupação de coordenação internacional sob o comando dos Estados Unidos. É neste período que é criada a ONU, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e é celebrado o acordo de Bretton Woods. O estabelecimento da URSS e a ameaça do socialismo se espalhar pelo mundo incita um temor nos EUA. Esta pressão faz com que os países capitalistas hegemônicos se preocupem em manter os mais vulneráveis sob sua esfera de influência a salvo de uma possível revolução socialista. Também é importante lembrar que após a crise de 1929 e a Grande Depressão que se deu na década de 1930 nos países capitalistas centrais ganharam espaço teorias que defendiam políticas econômicas em que o Estado teria um papel mais ativo na política econômica. O principal expoente desta renovação na teoria econômica é John Maynard Keynes. Neste contexto nasce a Economia do Desenvolvimento.

Celso Furtado, apesar de ter se graduado em Direito é conhecido nos dias de hoje como um famoso Economista. Isso se deve, principalmente, devido ao seu carreira profissional. Sua tese de doutoramento foi em economia sobre o período colonial em que ele analisa a formação econômica brasileira.

Celso assume diversos importantes cargos na Administração Pública, e ganha cada vez mais destaque no meio Acadêmico. Em 1949 ele é convidado para trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), tendo contato com o debate do desenvolvimento. Sua perspectiva sempre crítica questiona o progresso como um fim em si mesmo, logo, a pergunta que guia sua construção teórica é “Para onde vamos? Porque estamos indo?”. Ao tomar contato com a tradição cepalina ele começa a formar sua concepção do subdesenvolvimento.

Nesta conjuntura em que há uma preocupação em proporcionar o desenvolvimento para as nações periféricas é fundada a CEPAL. É criada em 1948 com o intuito de dar assistência aos governos destas zonas geográficas na construção de políticas que promovessem o desenvolvimento econômico. A Cepal desempenha um papel precursor, pois é neste centro que surgem as primeiras teorias econômicas voltadas a América Latina. A tradição Cepalina estuda as diferentes trajetórias de desenvolvimento analisando de forma que o progresso técnico seria o elemento primordial e fator determinante do desenvolvimento. Desta forma, o fator que dividia os países era o seu acesso à tecnologia. Esses dividiam-se em países industrializados que exportavam que produziam bens cuja demanda era dinâmica e os países agrário exportadores que exportavam matérias-primas. A partir deste corte através do progresso técnico se estabelece uma classe de países que são centrais e outros que são periféricos. Desta perspectiva de se analisar o desenvolvimento através do progresso técnico e a sua relação com o comércio exterior surgem duas linhas teóricas: o subdesenvolvimento e a dependência.

“O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento, como um dos aspectos da propagação da revolução industrial. Desta forma, o seu estudo não pode realizar-se isoladamente, como uma fase essa que seria necessariamente superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneos das economias desenvolvidas, isto é, das economias que provocaram e lideraram o processo de formação de um sistema econômico de base mundial, os atuais países subdesenvolvidos não podem repetir a experiência dessas economias.”

[FURTADO apud BORJA, 2008]

Logo, percebe-se que o subdesenvolvimento é um fenômeno que existe em um determinado contexto social em que as relações do centro com a periferia e o progresso técnico são determinantes. O sistema de cultura surge neste quadro como um produto das relações sociais de produção e da influência do aparelho produtivo. Vale lembrar aqui que essa relação não é determinística já que funciona sob a égide de um raciocínio dialético. A questão cultural, portanto, está intrinsecamente ligada ao subdesenvolvimento, já que este nada mais é que um estágio sob a qual as forças produtivas se organizam. O progresso técnico influi de forma decisiva neste processo já que ele tem o poder de transformar as bases materiais, transformando a cultura material.

O sistema cultural gestado pelo Subdesenvolvimento faria surgir uma cultura da dependência. Na medida em que as nações subdesenvolvidas tomam como espelho para si o exemplo das nações desenvolvidas isso desencadearia uma crise de identidade. A burguesia nacional não se identificaria com o povo, dificultando o processo de implementação de um projeto nacional de Desenvolvimento.

No entanto, ao fim de sua carreira Furtado percebe que a questão é muito mais profunda. O desenvolvimento nada mais é que uma decisão de direcionamento do excedente produzido. Entretanto, o direcionamento do excedente é uma questão política. Dessa forma urge estudar a questão cultural do desenvolvimento a fim de entender porque as forças políticas não se alteram fazendo com que se perpetue o quadro de país subdesenvolvido.

CAPÍTULO 1- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

I.1) Introdução e Contexto Histórico

Não é possível compreendermos a obra de um autor sem antes nos determos um pouco sobre o momento histórico em que sua obra foi desenvolvida. O período compreendido entre 1945 e 1973 é conhecido na historiografia econômica como de muita prosperidade econômica, por outro lado seus antecedentes remontam no mínimo até a Primeira Guerra Mundial.

Ao fim da guerra os EUA se estabelecem como grande potência mundial e os ingleses perdem seu posto hegemônico no mundo. Também data deste período a defesa da autodeterminação dos povos, ponto central no projeto de expansão norte americano e soviético.

A Revolução Russa de 1917 teve grande impacto no mundo, uma vez que representou, de fato, uma alternativa ao modo de produção capitalista. Além disso, a experiência do planejamento trouxe uma nova forma de intervenção do Estado para o desenvolvimento das forças produtivas, tendo influenciado, inclusive o lado capitalista do mundo.

Após a crise de 1929 e a Grande Depressão, percebeu-se uma necessidade maior de intervenção do Estado na economia com o intuito de suprir as falhas de mercado, principalmente no tocante à política monetária e à estabilização do nível de preços. Também datam deste período os estudos de Schumpeter e Keynes sobre o ciclo econômico, que deram estofos teóricos às políticas anticíclicas que tinham por objetivo evitar uma queda acentuada da atividade econômica, do emprego e da renda. A depressão dos anos 1930 também marca a ascensão do nazi-fascismo europeu, que foi o catalisador para mais uma guerra na Europa. A Segunda Guerra Mundial implicou em

consequências ainda mais marcantes do que a primeira. Durante a guerra, os Estados Unidos consolidam-se como os líderes do lado capitalista do mundo.

Em vista disso, os norte-americanos começam a tomar as ações necessárias para executar seu velho plano coordenação mundial sob o seu comando

Desta vez, o mundo parece ter aprendido a lição dos anos 1930 e torna-se consenso a necessidade de ajudar os países destruídos pela guerra, fossem eles aliados ou inimigos derrotados. Assim, como a autodeterminação dos povos, sendo desta vez estendida às colônias. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe surge no contexto que sucede a Segunda Guerra Mundial. Neste período histórico estavam sendo debatidas políticas que pudessem fomentar o desenvolvimento destas regiões uma vez que se isso não fosse feito elas poderiam ser cooptadas para a esfera de influência da extinta URSS. Na medida em que havia esta preocupação com a industrialização das nações subdesenvolvidas ganhou destaque.

O debate acerca do desenvolvimento começa a ter mais destaque na década de 50. A essa época acreditava-se que por meio do planejamento estatal e coordenação do investimento público os países tidos como subdesenvolvidos poderiam se tornar “desenvolvidos”. A questão do desenvolvimento era muito presente no contexto da época. Com o fim da segunda guerra mundial os organismos multilaterais recém-criados tinham papel de destaque, fazendo com que houvessem fóruns internacionais em que se manifestava uma preocupação de coordenação internacional sob o comando dos Estados Unidos. É neste período que é criada a ONU, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e é celebrado o acordo de Bretton Woods. Além disso, com a Revolução Russa surge uma proposta de modo de produção que não a capitalista. Esta pressão faz com que os países

capitalistas do centro se preocupem em manter próximos os mais vulneráveis a uma revolução socialista, no caso a periferia devido ao subdesenvolvimento. Também é importante lembrar que após a crise de 1929 e a Grande Depressão que se deu na década de 1930 nos países capitalistas centrais ganharam espaço teorias que defendiam políticas econômicas em que o Estado teria um papel mais ativo na política econômica. O principal expoente desta renovação na teoria econômica é John Maynard Keynes. Neste contexto nasce a economia do desenvolvimento.

As alternativas propostas por esse novo ramo da economia eram muito ligadas ao ponto de vista das instituições anglo-americanas, se desenvolvem tomando como base uma interpretação linear e etapista do processo histórico do desenvolvimento econômico (BORJA, 2013).

O economista Raúl Prebisch buscando entender como esta fragilidade das contas externas poderia ser revertida, busca uma formulação teórica que explicasse a deterioração dos termos de troca observada empiricamente. Desta questão surge sua mais celebre formulação, o sistema centro-periferia.

Furtado é influenciado por Prebisch, no entanto, busca certa autonomia ao longo dos anos 1950, para alcançar como síntese sua teoria do subdesenvolvimento. Para chegar a tal resultado ele utiliza elementos de análise dos intérpretes do Brasil, da economia política clássica, sociologia e história econômica. Desta forma, ele confere um caráter histórico à categoria do subdesenvolvimento. Tal esforço é feito analisando-se a utilização, apropriação e produção do excedente e do vínculo com a disputa pelas decisões políticas, tendo o Estado como palco.

I.2) Estruturalismo Latino Americano

A Cepal é criada num contexto de crise da economia mundial. O mundo ainda seguia na esteira do colapso financeiro de 1929 da crise do multilateralismo, do comércio internacional. Além disso, o mundo ainda não havia retomado sua plena capacidade produtiva que tinha sido perdida na Segunda Guerra Mundial. Tal situação de crise coloca em xeque as soluções propostas pela ortodoxia. Em vista deste contexto surge a Economia do Desenvolvimento como um ramo que pretende responder aos questionamentos colocados.

O pensamento cepalino é de grande importância em vista de sua originalidade. Até então havia certo consenso de que o caminho para o desenvolvimento era universal. No entanto, na medida em que o estruturalismo latino-americano constitui-se tendo como fundamento o método histórico estruturalista tal premissa é atacada.

A grande preocupação de Prebisch e Furtado ao formularem tal sistema analítico era superar o “atraso”, consubstanciado na condição do subdesenvolvimento dos países latino-americanos. É um modo de ser específico, segundo a abordagem estruturalista. É uma trajetória histórica específica, sendo incompatível compará-la com a de outras nações. A superação deste atraso se daria por meio do desenvolvimento econômico, visto aqui como melhora do bem-estar expresso no aumento da renda per capita (Rodriguez, 2009). Tal melhora daria-se graças ao incremento da produtividade do trabalho na medida em que são introduzidas técnicas de produção mecânicas que pressupõe um aumento da dotação de capital por trabalhador. Apesar da noção de desenvolvimento aproximar-se muito da Neoclássica e Keynesiana que o veem como progresso. No entanto, anseia perceber quais características específicas tem este processo na medida em que são propagadas as técnicas de produção no sistema mundial

composto por centros e periferia (Rodriguez, 2009).

Estes dois pólos são constituídos historicamente e o que os diferencia é a forma como o progresso técnico se propaga em seus sistemas produtivos. Há uma premissa básica que o desenvolvimento se dá de forma desigual. No centro, ele se expandiu por todo o sistema produtivo, aumentando a produtividade em todos os setores da economia, havendo assim um nível técnico homogêneo. Já na periferia, por historicamente ter assumido o papel de suprir o centro com alimentos e matérias primas, o progresso técnico só foi introduzido nos setores exportadores. Tais ramos da economia eram como ilhas de alta produtividade, contrastando com o atraso do sistema produtivo de forma geral (BIELSHOWSKY, 2010).

A industrialização é tida como um fenômeno que permitiria a reversão da forma como este sistema está estruturado. Esta seria capaz de fazer com que o desenvolvimento dos países periféricos se tornasse mais voltado para o mercado interno, tendo o desenvolvimento das forças produtivas como mola propulsora do movimento. Assim, a produção seria mais orientada a bens de consumo pouco intensivos em tecnologia.

As nações periféricas devido a sua herança histórica de uma estrutura produtiva primário exportadora apresentariam dificuldades na geração e incorporação do progresso técnico. O caminho que as possibilitaria a industrialização seria aos poucos ir produzindo bens de maior complexidade tecnológica e organizativa. No entanto, tal avanço seria sempre incipiente se comparado ao das nações cêtricas. Este padrão de mudança não seria capaz de diversificar o caráter da pauta de exportações. Assim, percebe-se que a única rota que seria capaz de transformar a estrutura produtiva a reitera (RODRIGUEZ, 2009). Além disso, tal especialização enquanto papel que lhe coube na economia mundial implica que se expandam justamente os setores em que o progresso

técnico é reduzido uma vez que há o pressuposto de que a tecnologia é usada de forma mais intensiva na indústria do que nas atividades primárias.

“A difusão do progresso técnico dos países que o geram ao resto do mundo tem sido, do ponto de vista de cada geração, relativamente lento e irregular. Durante o longo período que transcorreu entre a Revolução Industrial e a I Guerra Mundial, os novos métodos de produção nos quais a técnica se expressou atingiram apenas pequena fração da população mundial... Assim, os grandes centros industriais do mundo cresceram, enquanto a vasta e heterogênea área da periferia apenas partilhava da fatia irrisória dos aumentos de produtividade.

Nessas áreas periféricas, o progresso técnico somente afetou pequenos setores da vasta população, já que, em geral, apenas penetrou onde foi necessário à produção de alimentos e matérias-primas de baixo custo para consumo dos grandes centros industriais.”

[PREBISCH apud BIELSCHOWSKY, 2004 p.17]

A dificuldade apresentada devido à incorporação do progresso técnico faz com que a produtividade de tais nações seja reduzida. Isso se dá em vista de sua grande heterogeneidade estrutural e a escala mínima industrial que se mostra excessiva frente à dimensão dos mercados periféricos. Tal escala é muito dificilmente alcançada uma vez que há pouca integração vertical e complementação inter setorial.

O caráter heterogêneo de sua estrutura é marcado por dois setores da economia em que o trabalho dá-se com grandes diferenciais de produtividade. Nos setores exportadores a produtividade seria maior, em contraste aos demais setores. Apesar dos

salários manterem-se baixos, diferente da tendência observada nas economias desenvolvidas devido à organização de sindicatos e a relativa escassez de mão de obra. Assim, produtividade per capita média é reduzida, dificultando a formação de excedente que pudesse ser investido a fim de proporcionar a intensificação da industrialização.

A especialização produtiva seria a grande causadora do desequilíbrio das contas externas típico das nações subdesenvolvidas. Além disso, ela também é um obstáculo à industrialização na medida em que impede o processo de substituição de importações. A grande especificidade das nações subdesenvolvidas seria o que as difere das demais, o padrão de consumo que não se desenvolveu de acordo com as descobertas tecnológicas e o crescimento da riqueza. O padrão de consumo nestas nações não seria coerente com sua estrutura produtiva uma vez que os bens modernos são importados através do lucro gerado pela atividade exportadora.

A heterogeneidade tecnológica observada na matriz de produção de tais nações implica que existam atividades em que o trabalho tem escalas de produtividade muito distintas. Por outro lado, há vasta oferta de mão de obra e a população segue expandindo-se. Desta forma, uma tendência no subdesenvolvimento seria o subemprego estrutural. O problema de insuficiência de poupança e de acumulação de capital, reduz a capacidade de absorção de mão de obra. A acumulação existente não é capaz de absorver o crescimento vegetativo da população e também absorver a mão de obra empregada nos setores menos produtivos.

A deterioração dos termos de troca implica numa perda dos frutos do progresso técnico da periferia para o centro, visto que este ganho de produtividade expressa a taxa de mais valia relativa extraída. Ou seja, na periferia a renda real por habitante crescerá menos que a produtividade. Além disso, também é observada uma mudança de preços

relativos, de forma que os produtos primários vão se equivaler a uma quantidade menor de bens manufaturados. Como é muito lento o crescimento da demanda internacional por bens primários, e como há um vasto excedente de mão de obra, a pressão baixista sobre salários e preços tende a persistir, explicando, assim, o fenômeno da mudança dos preços relativos.

Assim, tal fenômeno proporciona uma diferenciação dos ganhos na medida em que os centros absorvem a maior parte do excedente em vista do seu ganho de produtividade e também em parte os benefícios do aumento da produtividade na periferia. Os fatores que permitem que tal disparidade se manifeste são a especialização produtiva e a heterogeneidade estrutural, que também condicionam e são condicionadas à forma como as nações subdesenvolvidas se inserem no comércio internacional.

A deterioração dos termos de troca agrava ainda mais as contas externas. A tendência ao desequilíbrio é resultado da necessidade de importação num quadro desfavorável marcado pela especialização produtiva em bens primários cuja demanda é altamente inelástica. Devido à pequena diversificação de suas economias, os países em subdesenvolvimento são muito dependentes de bens de capital e intermediários não disponíveis internamente. Além disso, a demanda mundial por bens primários cresce lentamente, resultando numa constante falta de capacidade para importar. Nem mesmo a produção interna de bens importados anteriormente melhora a situação, uma vez que isso só altera a composição das importações e não uma redução no seu volume. A fim de promover a industrialização há um forte aumento da importação de bens de capital e equipamento industrial. Desta forma, não havendo algo que garanta a proporcionalidade entre o crescimento da demanda por importações e o crescimento da capacidade de importar, o problema do desequilíbrio externo tende a ser recorrente pelo menos até que seja alcançado um estágio bem avançado de industrialização.

A tendência inflacionária é outra marca do subdesenvolvimento. O processo de industrialização nestas economias pouco diversificadas agravaria uma série de desequilíbrios estruturais. Apesar disso, os desenvolvimentistas de filiação estruturalista eram contrários a políticas restritivas a fim de frear a inflação, alegando serem inócuas. De acordo com a visão estruturalista a expansão da base monetária dá-se passivamente como reação das autoridades monetárias a elevações de preços de origem estrutural, sendo, desta forma, incorreto considerar tal expansão causa da inflação.

Apesar do referencial estruturalista ter a industrialização como sinônimo de progresso, tal pensamento é uma crítica à ideia de progresso linear da história na medida em que nega a especialização produtiva. Prebisch apesar de ter tido uma formação ortodoxa percebe que se as nações subdesenvolvidas não transformarem sua estrutura produtiva não vão superar o atraso. Por outro lado, o apoio à industrialização também expressa uma posição ideológica de apoio à burguesia industrial na medida em que vê o progresso como um processo linear, ignorando as especificidades do subdesenvolvimento.

I.3) Método Histórico Estruturalista

Como aponta Borja (2008), Furtado acreditava que o intelectual devia criar uma teoria que possibilitasse a humanidade transformar a realidade. Desta forma, é possível percebermos com que intuito ele desenvolve o método histórico estruturalista: desenvolver um aparato teórico capaz de propor mudanças na realidade concreta. Questão sempre muito presente em sua obra uma vez que também tinha a forte preocupação de criar um pensamento independente, ou seja, que pensasse as questões específicas do Brasil e não se reduzissem a meras aplicações de teorias criadas nos grandes centros do capitalismo.

Seu pensamento herda de Keynes a visão de que o Estado tinha um papel de destaque na economia. Apesar de sofrer esta influência ele sabia das limitações de uma simples aplicação deste pensamento uma vez que a realidade brasileira não tinha o mesmo perfil macroeconômico que as economias desenvolvidas. Nestes debates dos keynesianos eram permeados pela questão anticíclica que não cabia dentro do contexto brasileiro devido a nossa insuficiência de poupança em contraste com o excesso presente nas economias que se industrializaram antes. Outra herança de Keynes é a noção de que o mercado interno era um elemento chave para a dinamização da produção e da renda. Além disso, ele também aponta ter como legado a defesa calorosa do planejamento, traço também presente nos demais autores cepalinos. Planejar a ação estatal seria essencial uma vez que o sistema econômico não tende a um equilíbrio automático e a perfeita alocação dos fatores.

O subdesenvolvimento também não deve ser visto como uma etapa histórica predecessora ao desenvolvimento. Ele é o resultado de uma dada formação histórica. Por isso os modelos de desenvolvimento não devem ser levados em conta sem a

contextualização de uma trajetória histórica de formação econômica e social. Analisar uma trajetória de desenvolvimento, como se houvessem etapas superiores e inferiores é uma empreitada que corre o risco de propor políticas econômicas que agravem os problemas estruturais de cada país.

O método desenvolvido por Furtado tem como base uma análise histórica que pode ser apontada como sua herança de Marx. Não seria possível entender o desenvolvimento econômico sem em conjunto também observarmos o desenrolar da história. Ao mesmo tempo há uma forte preocupação em não ver a história de uma forma etapista, como se houvesse um ponto de chegada Borja (2008). Essa linha de raciocínio pode levar o pensador a um determinismo histórico, crítica que faz a alguns dos seus contemporâneos. A história mover-se-ia por meio da interação de forças contrastantes em um sentido que não deve ser interpretado como uma “necessidade histórica” com uma finalidade determinada, não seria possível atingir algo acabado. Um sistema econômico seria composto por várias partes que interagem entre si e este movimento gera um “sentido” interno, porém este não deve ser confundido com um determinismo.

Haveria uma interação entre duas estruturas que moveria o motor da acumulação. A superestrutura (fatores não econômicos, como a estratificação social e as estruturas de poder) e a infra-estrutura (forças produtivas, ou seja, acumulação de capital e tecnologia) interagiriam de forma a definir como excedente seria produzido, apropriado e utilizado. Neste processo criam-se interdependências entre as partes, sendo o desenvolvimento um resultado direto da interação de três principais categorias muito utilizadas por Furtado: excedente econômico, acumulação de capital e progresso técnico.

“Apresentando a realidade social integrada por dois setores-infra-estrutura, constituída pelas forças produtivas, e superestrutura, composta pelos valores ideológicos- ele construiu o mais simples de todos os modelos dialéticos-aquele em que o todo está formado de apenas duas partes. Essa mesma simplificação audaciosa ele a repetiria ao dividir a sociedade, para efeitos de análise, em duas classes, cujo conflito fundamental operaria como força motriz do processo histórico.” [Furtado, 1964, pp. 17]

Ao incluir a dimensão histórica ao processo de desenvolvimento Furtado se debruça sobre o estudo da formação econômica brasileira. Esta fase é marcada por dois livros de destaque *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961) que caracterizam melhor esta fase do seu pensamento (BORJA,2013). A grande inovação introduzida pelo estudo histórico do Brasil servirá de grande argumento para os estruturalistas justificarem sua teoria que se diferenciava muito das demais à época. Ao mostrar que a evolução histórica dos países que ainda são subdesenvolvidos em meados do séc.XX era, necessariamente, distinta daquela dos países desenvolvidos. Desta forma, era possível legitimar que suas estruturas econômicas e a superação de tal estado também seriam diferentes ao ponto de demandar uma construção teórica nova (BIELSHOWSKY,2004).

A grande discussão levantada visava proporcionar um debate com os teóricos do desenvolvimento econômico, tais como Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis e Walt Whitman Rostow. Tais estudiosos propunham em sua maioria trajetórias de desenvolvimento em assonância com o modelo de vantagens comparativas ricardiano, na medida em que defendiam a especialização produtiva na periferia.

Neste esquema teórico, os países deveriam se especializar no que tivessem vantagens relativas de produção, ou seja, tivessem uma produtividade relativa maior de determinado bem se comparado com as demais nações. A especialização seria capaz de aumentar a produtividade das nações em vista dos benefícios trazidos pelo comércio. O progresso técnico seria absorvido por meio da importação de máquinas. Os bens que não são produzidos internamente deveriam ser adquiridos via importação. Dada a grande oferta de mão de obra, essas atividades intensivas em seu uso podem se expandir sem que haja pressão para elevação dos salários. Tal disponibilidade de trabalho seria a vantagem relativa dos países subdesenvolvidos sobre os demais. Tomando a remuneração dos trabalhadores ao nível de subsistência seria possível obter-se uma margem de lucro expressiva sendo o excedente recurso que poderia ser útil ao desenvolvimento uma vez que permitiria o acesso aos bens industrializados produzidos nos países centrais.

Os estruturalistas tinham uma visão divergente a esta. O desequilíbrio do balanço de pagamentos era uma consequência da inserção das nações subdesenvolvidas no mundo, portanto estrutural. A concepção do desenvolvimento como um estágio que seria factível para todas as nações vai ser duramente criticada pelos estudiosos da CEPAL questionando, assim, a especialização produtiva como via de desenvolvimento. Desta forma, em vista de superar tal obstáculo Furtado elabora o conceito de dependência tecnológica para tentar explicar a tendência ao déficit das contas externas e o grande excedente de mão de obra típico das economias subdesenvolvidas.

Logo, percebe-se que o método adotado por Furtado tem como pilar básico uma análise histórica da realidade aliado aos conceitos da economia política. Também é importante pontuarmos que seu foco são os sistemas econômicos nacionais, na medida

em que o desenvolvimento também faz parte de uma inserção na divisão internacional do trabalho, ou seja, seu caráter estrutural.

A tecnologia seria o principal elemento estruturante do sistema, sendo abordada desde sua geração nos países centrais, sua difusão via comércio internacional e sua assimilação nas nações periféricas. Tal elemento mereceria tanto destaque, pois seria capaz de redistribuir a renda, substituindo trabalho por capital ou poupando mão de obra. A questão do desenvolvimento, para Furtado, seria também a decisão do direcionamento do excedente, e a tecnologia, sendo um dos principais fatores que influencia a geração do mesmo seria muito importante estudar seu impacto no processo produtivo.

CAPÍTULO II – DEPENDÊNCIA CULTURAL EM FURTADO

II.1)Progresso Técnico

Para Furtado a tecnologia é um fator chave para o entendimento do subdesenvolvimento. Podemos observar de forma explicita isto na sua afirmação:

“O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento como um dos aspectos da propagação da revolução industrial.(...) Pelo fato mesmo de que são coetâneos das economias desenvolvidas , isto é, das economias que provocaram e lideraram o processo de formação de um sistema econômico de base mundial, os atuais países subdesenvolvidos não podem repetir a experiência dessas economias. É em confronto com o desenvolvimento que teremos de captar o que é específico ao subdesenvolvimento.”

[Furtado, 1968 pag 3-4]

Nesta passagem, Furtado expressa como o acesso à tecnologia é capaz de transformar a trajetória do desenvolvimento de um país. Os países que lideraram a Revolução Industrial, tiveram acesso ao progresso técnico de forma direta uma vez que foram os que conceberam as novas tecnologias da época. Por outro lado, as nações subdesenvolvidas só tiveram contato com estas tecnologias por meio do comércio, tendo construído uma relação diferente com as mesmas já que apenas as absorveram.

Além disso, neste trecho ele faz uma afirmação muito contundente: de que o subdesenvolvimento nasceu como um dos espaços de propagação da revolução industrial. Desta forma, temos que o acesso de certos povos a tecnologias que eram capazes de aumentar sua capacidade produtiva transformou também suas relações

sociais de produção. Portanto, as nações subdesenvolvidas passam por uma etapa histórica inédita, de forma que sua trajetória não pode ser comparada à experiência dos países desenvolvidos. Por outro lado, temos que os povos que tiveram acesso apenas indireto a civilização industrial oferecem uma grande oportunidade aos países centrais de acumular com esta interação.

A tecnologia tem um papel de destaque na sua obra uma vez que transformou o modo de produção europeu. Furtado identifica a Revolução Industrial Inglesa do fim século XVIII como um período de transformação do capitalismo mundial na medida em que marca as mudanças do antigo sistema mercantilista e colonial. Ele também destaca o fato de haver um núcleo propagador bem definido fundamentando o discurso que segrega de forma definitiva interesses antagônicos representados como centro e periferia.

Na economia mercantil, o grande impulso dinâmico era o comércio que ao criar novos mercados impulsionou uma melhor divisão do trabalho e especialização geográfica. A Revolução Industrial altera este paradigma de forma que o capital industrial torna-se o agente dinâmico, sendo necessário o desenvolvimento de novas técnicas de produção. O estímulo dado pelo comércio ao sistema econômico haveria transformado a sua demanda, possibilitado graças ao incremento da acumulação oriundo do comércio. Desta forma, a demanda se diversificou, abrindo espaço para que a estrutura produtiva como um todo se transformasse. A nova indústria surgiu em contraposição direta à base de produção artesanal. O sentido empregado à tecnologia neste momento era aumentar a produtividade do capital, portanto, a produção por unidade de capital aumentava impulsionada pelo avanço tecnológico irradiando dinamismo para o resto do sistema econômico. No entanto, há um obstáculo ao contínuo

crescimento que é a produção semi artesanal dos bens de capital limitando o investimento à oferta real de equipamentos.

O progresso técnico possibilitou ao núcleo industrial europeu um aumento da produtividade no setor de bens de consumo, impulsionando a acumulação e o investimento, assim, aumentando a demanda por bens de capital. Desta forma, a segunda etapa do desenvolvimento das forças produtivas é caracterizada por este desequilíbrio fundamental entre a oferta e a demanda de bens de capital. As altas taxas de lucro auferidas em ambos setores permitiu maiores investimentos no setor de bens de capital, configurando um quadro no qual a oferta de capital supera a de trabalho. Desta forma, a classe trabalhadora ganha maior poder de barganha e se vê capaz de reivindicar salários superiores ao nível de subsistência. Portanto, agora a indústria inglesa vê-se mais incentivada a introduzir tecnologias com maior densidade de capital por pessoa ocupada em vista das condições econômicas mais favoráveis, em vista do aumento dos salários. Portanto, percebe-se que há uma mudança no sentido da tecnologia que, neste momento, passa a ser economizar mão de obra. O avanço da técnica gera o antagonismo de caráter social criado entre trabalhadores e capitalistas com respeito a divisão do produto. Entretanto, esta oposição vai sendo continuamente superada graças ao crescimento do produto possibilitado pela introdução de novas técnicas. Por meio da manipulação do progresso tecnológico no sentido de poupar mão de obra ou substituindo trabalho por capital. Desta forma, é possível compensar a relativa escassez de trabalhadores em vista do crescimento da indústria.

Podemos observar, assim, o estabelecimento da civilização industrial no continente europeu. Sua difusão mundo afora deu-se dentro dos marcos capitalistas, assim como socialistas. Os dois exemplos dados por Furtado são a Rússia e o Japão (FURTADO, 1978). Apesar do regime bolchevista propor-se a criar uma sociedade

igualitária, os mesmos critérios de racionalidade que instruíram a Revolução Burguesa também guiaram os planos econômicos da União Soviética de forma que daí surgiram problemas de uma complexidade inimaginável anteriormente. Já no caso da nação nipônica a penetração de todo um sistema de valores materiais deu-se com o auxílio do Estado na medida em que é possível observar o entrosamento deste com as empresas e os grandes grupos. Portanto, percebe-se que o alastramento da civilização industrial não é necessariamente uma implicação da ascensão burguesa uma vez que tal quadro também se estabeleceu em cenários sem tal estrutura social adaptando-se aos valores materiais sem absorvê-la.

Enquanto as experiências Russa e Japonesa foram o resultado de uma tomada de consciência do atraso da acumulação e a ameaça da dominação externa, a terceira via de difusão é um subproduto desta. Ao contrário das duas experiências citadas anteriormente ela causa um quadro de dependência estrutural. Os países subdesenvolvidos teriam outra trajetória de desenvolvimento não podendo ser comparados aos desenvolvidos. Os países europeus industrializados exportavam produtos que refletiam um grau de acumulação mais avançado e importavam produtos de baixo grau de acumulação ou mais abundantes em recursos naturais. Assim, o comércio incentivava a especialização produtiva e aprofundava a divisão do trabalho, aprofundando o abismo entre os níveis de acumulação.

Ao longo do século XIX, sob a hegemonia britânica dá-se um aumento contínuo dos fluxos de comércio, com a consolidação da divisão internacional do trabalho, tendo como implicação a especialização geográfica. Coube à periferia fornecer aos países centrais gêneros primários, como matérias-primas e alimentos. As grandes guerras mundiais, intercaladas pela crise, viriam desestabilizar a hegemonia inglesa. A hegemonia do sistema mundial estava em disputa criando a necessidade de que a

periferia diversificasse sua estrutura produtiva visto que o acesso ao mercado mundial estava limitado.

Tal expansão proporcionada pela Revolução Industrial do núcleo industrial europeu nesta época fez com que houvessem aumentos constantes da quantidade dos bens primários importados, implicando na queda do preço destes bens. Por outro lado, os produtos industrializados tinham características oligopolísticas, dando maior margem de manobra para as empresas ao estabelecer seus preços de venda. Desta forma, temos que os aumentos de produtividade proporcionavam reduções de preço em favor dos consumidores dos países centrais. Este fator aliado à elasticidade-renda dos produtos industrializados e primários, ou seja, dado um aumento da renda o consumo no primeiro grupo aumentava enquanto no segundo se mantinha estável.

Com a ascensão norte americana a divisão internacional do trabalho é reestruturada , dando -se uma descentralização na produção industrial. A industrialização latino americana está inserida neste contexto, destacando-se seu alto grau de integração com a economia mundial e sua importância no desenvolvimento da periferia. O desenvolvimento das forças produtivas privilegiou a diversificação da demanda, o que as diferenciaria do centro onde as inovações seriam as protagonistas. O processo é um reflexo da diversificação da demanda em economias com sistemas produtivos muito rígidos. Por sua vez, a oferta interna para acompanhar o mesmo ritmo apela para as importações, permitindo tal diversificação.

A especificidade do caso periférico residiria justo nesta industrialização cuja principal força motriz é a diversificação da demanda. Na medida em que o processo de inovação não é completamente aproveitado, na medida em que apenas se assimila as novas tecnologias do centro, o potencial de acumulação é colocado para fora das fronteiras nacionais, transferindo-se o excedente gerado internamente para o centro do

sistema mundial. O progresso técnico não é gerado na periferia, desta forma ele é introduzido por meio do consumo de novos produtos importados ou pela introdução de novos processos substitutivos visando substituir as importações. Essa característica expressa um traço marcante da condição de dependência uma vez que os países latinos não são capazes de reproduzir de forma autônoma a mesma cultura material isto é, não detém o mesmo grau de acumulação. As inovações tecnológicas seriam capazes de desencadear mudanças na estrutura social por meio de reações em cadeia. Na medida em que alteram o parâmetro básico da produção.

Desta forma, o centro produz e exporta tecnologia enquanto a periferia apenas demanda e importa, seja como bem de consumo final ou como bem intermediário ou de capital. A dependência tecnológica é um dos traços mais marcantes do subdesenvolvimento visto que apenas agrava os problemas sociais específicos da periferia (BORJA, 2008). Não há interação entre o excedente gerado e a economia local, por diversos motivos que vão desde o controle estrangeiro da produção à assimilação da técnica. A periferia por passar por um processo de industrialização tardio e com caráter substitutivo restou apenas a possibilidade de assimilar certa tecnologia que foi desenvolvida em outro contexto histórico e social.

II.2) Relação Centro X Periferia

O comércio internacional foi a forma pela qual se relacionaram Centro e Periferia historicamente. A troca se organizava entre dois pólos, de modo que a metrópole controlava as atividades exportadoras da colônia. A maior divisão do trabalho proporcionada pela integração comercial permitiu grandes avanços de produtividade.

O estudo de Furtado começa ao perceber que o comércio dos países da América Latina resumia-se ao esquema clássico colônia e metrópole. A colônia só podia exportar o que a metrópole permitisse. A evolução dos meios de transporte permitiu a integração das colônias ao comércio internacional e possibilitou uma maior divisão do trabalho responsável por um significativo aumento de produtividade. O modelo ricardiano defendia o livre comércio e **era contrário a este sistema colonial**, alegando que se cada país se especializasse na produção do bem que tivesse vantagem relativa na sua produção e adquirisse os demais produtos via comércio o mundo todo ganharia. Por meio de tal intercâmbio os níveis de renda iriam se equalizar, havendo uma tendência de todos os países a se desenvolverem. A especialização produtiva engendrada nesta época tornou as colônias produtoras de matéria-prima e a metrópole produtora de bens manufaturados. Cria rigidez estrutural na esfera da produção, enquanto a demanda se diversifica uma vez que os ganhos de produtividade atingidos graças à especialização permitem um crescimento da renda per capita.

Em vista disso as primeiras teorias sobre o comércio exaltavam seus benefícios uma vez que o progresso da técnica era visto como um resultado do aprofundamento da divisão social do trabalho. A teoria das vantagens comparativas, no período da hegemonia inglesa, sustentou a tese de que o comércio era benéfico para todo o mundo na medida em que a especialização geográfica nos bens que lhe permitiriam ganhos de produtividade por meio da utilização ótima destes fatores de produção disponíveis.

Também é possível observarmos a influência do esquema Centro-Periferia de Prebisch na obra de Furtado. A deterioração dos termos de troca causaria uma transferência do excedente tendo como raiz o controle na difusão do progresso técnico dos países centrais através da influência exercida pelas grandes multinacionais. Furtado em sua obra nega a teoria das vantagens comparativas e de certa forma, corrobora a tese de Prebisch, embora dê mais ênfase à questão tecnológica. A tecnologia também é um produto social do processo histórico de consolidação do sistema capitalista mundial e deu origem a um sistema de poder que permite este deslocamento do da acumulação.

Desta forma, só é possível uma mudança caso o excedente seja apropriado internamente e direcionado para a transformação da estrutura produtiva, ou seja, introdução de inovações e progresso técnico. A diferença fundamental entre os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos é a orientação dada à utilização do excedente oriundo do incremento da produtividade (FURTADO, 1974). Na periferia temos que este incremento fica concentrado nas mãos da elite local visto que é ela que tem recursos para se aliar à burguesia internacional nesse processo de introdução de novos produtos para consumo. Simultaneamente dá-se a diversificação da demanda dos indivíduos de alta renda que obedece um padrão de consumo dos países cêntricos cuja renda per capita é 10 vezes maior, assim, tal cesta de bens só pode ser alcançada por uma pequena parcela da população. O excedente apropriado pelas elites ao ser gasto em bens intensivos em tecnologia vaza para o exterior, aprofundando os laços de dependência. Isso é possível uma vez que a especialização que permite o ganho de produtividade não requer nem implica em modificações nos métodos produtivos (introdução de progresso técnico) e a acumulação dá-se com recursos locais tais como abertura de terras, estradas e construções rurais, crescimento de rebanho, etc.

O posicionamento do subdesenvolvimento no mundo é marcado por estes ganhos de produtividade alcançados em vista da simples realocação de recursos visando obter vantagens comparativas estáticas. A introdução do progresso técnico tanto sob a forma de novos produtos ou processos produtivos acelera a acumulação, permitindo que em outras áreas cresça a produtividade do trabalho graças à especialização geográfica. Este incremento na produtividade pode dar-se sem maiores modificações nas técnicas de produção. A inserção de uma agricultura num sistema mais amplo de divisão social do trabalho, ou seja, sua transformação de um paradigma de subsistência para outro comercial não implica em necessariamente abandonar os métodos tradicionais de produção. Por outro lado, se essa mudança dá-se tendo o comércio exterior como alavanca, assim, os incrementos de produtividade econômica podem ser bem significativos. Desta forma, o excedente extra criado pode permanecer no exterior em sua quase totalidade, caracterizando o quadro típico das economias coloniais. Quando estes recursos adicionais são apropriados internamente seu principal uso é financiar uma rápida diversificação do padrão de consumo das classes dirigentes mediante a importação de novos produtos.

“Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. Quanto mais amplo o campo do processo de modernização (e isso inclui não somente as formas de consumo civis, mas também as militares) mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente, o que pode ser alcançado mediante expansão das exportações, ou por meio de aumento da “taxa de exploração”, vale dizer de proporção do excedente no produto líquido.”

[FURTADO, pp. 81,1974]

O processo de modernização travado pela experiência brasileira é marcado por essa diversificação do padrão de consumo, porém sem haver a mesma mudança na estrutura da oferta. De forma que o excedente gerado pela atividade exportadora é direcionado para este consumo de luxo das elites. Assim, temos que o acesso indireto a civilização industrial só aprofunda ainda mais os laços da dependência uma vez que obriga o país a sempre estar com um déficit na balança comercial em vistas das importações necessárias à sustentação deste consumo de luxo.

Logo, percebe-se que é pelo lado da demanda que estes países se inserem na civilização industrial. Há na elite uma tendência ao consumo destes bens que caracterizariam o que haveria se convencionado de chamar de estilo de vida moderno. Tal padrão de consumo traria internalizado valores materiais do Centro, ou da civilização industrial como chama Furtado. Os produtos que eram exportados pelos países industrializados refletiam um grau de acumulação relativamente avançado e os que eles importavam baixo grau de acumulação, ou seja, intensos em recursos naturais. A teoria das vantagens comparativas sustentava esta estruturação do comércio que só aprofundava o fosso entre os níveis de acumulação.

A integração aos mercados internacionais possibilitava o acesso indireto à civilização industrial na medida em que utilizava recursos antes usados nas atividades de baixo grau de especialização ou ainda não incorporados aos sistemas de produção. A transferência de mão de obra de atividades de auto-subsistência para plantações de café, de cacau, de borracha e outras, dava origem a um poder de compra nos mercados internacionais, de forma que as populações dos países subdesenvolvidos puderam usufruir um pouco dos frutos do progresso técnico. Desta forma, percebe-se que há um transplante dos padrões de comportamento surgidos na civilização industrial para sociedades nas quais as técnicas de produção ainda não haviam penetrado. Tais padrões

consubstanciavam-se nos valores ideológicos surgidos com a revolução burguesa – liberalismo, individualismo, racionalismo- os quais haviam operado como alavancas para deslocar as velhas estruturas de dominação e promover a ascensão dos agentes sociais

comprometidos com a acumulação no plano das forças produtivas , transpostos para a situação de dependência, tais valores transformaram-se em instrumento de reforço desta.

II.3)O mito do desenvolvimento

A mitologia tem exercido uma forte influência na mente dos seres humanos desde as antigas civilizações gregas. O mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas na realidade. Para Furtado, seu papel é auxiliar na construção daquilo que Schumpeter chama de visão do processo social. Quanto à economia do desenvolvimento, percebe-se que grande parte da literatura publicada no último quarto do século XX ainda acreditava que o desenvolvimento econômico tal qual vem sendo praticado nos países pioneiros da revolução industrial pode ser universalizado. Pretende-se que os padrões de consumo de uma minoria que habita os países altamente industrializados seja acessível às grandes massas de população que não param de crescer nas nações subdesenvolvidas. Tal ideia é, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento vital na ideologia diretora da revolução burguesa cujos valores nortearam a criação da atual sociedade industrial.

Tendo o campo de visão delimitado por tal direção, os economistas tentaram conceber complexos esquemas do processo de acumulação de capital cujo impulso dinâmico seria o progresso tecnológico variável existente fora de qualquer contexto social. Pouca ou nenhuma atenção foi dada às consequências no plano cultural de tal processo de acumulação exponencial. Por outro lado, a construção de tais modelos puderam nos fornecer informações preciosas quanto ao funcionamento do capitalismo. Um dado importante que pode ser aferido é que as economias industrializadas tendem a cada vez mais tornar-se dependentes de recursos não renováveis produzidos no exterior. Tal assertiva implica numa verdade que abala o pilar fundamental das teorias do desenvolvimento econômico: não há como todos os países se industrializarem uma vez que a pressão sobre os recursos naturais não renováveis e a poluição gerada seria tão grande que o sistema econômico mundial entraria em colapso.

A aceitação da possibilidade de universalizar os padrões de consumo dos Estados Unidos ignora a especificidade do processo histórico de formação dos países subdesenvolvidos. Furtado assume que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são formas sincrônicas de evolução do capitalismo mundial. Ao observarmos tal assertiva percebe-se claramente que Furtado renega a ideologia do progresso presente nos pioneiros da economia do desenvolvimento. Isso significa dizer que não é seguindo o caminho trilhado pelas nações desenvolvidas, isto é que tentar mimetizar seus padrões de consumo e seu grau de desenvolvimento das forças produtivas não lhes levaria ao patamar do primeiro mundo, apenas aprofundaria as raízes estruturais do subdesenvolvimento (BORJA, 2011).

O padrão de consumo vivenciado pelos países cêntricos graças à concentração de renda em suas fronteiras agrava a pressão sobre os recursos naturais que proporciona o crescimento das nações subdesenvolvidas. A geração de excedente é distribuída com o mesmo grau de desigualdade dos recursos já existentes. Se a renda não estivesse se concentrando não haveria crescimento uma vez que haveria menos desperdício. Desta forma, temos que a concentração de renda nos países cêntricos que gera a pressão sobre os recursos naturais que proporciona o crescimento da periferia (FURTADO, 1974).

Desta forma, é rejeitada a ideia de que seria possível aos países subdesenvolvidos alcançar o padrão de consumo dos países desenvolvidos, sendo esta tentativa de mimese uma das principais causas da reprodução das desigualdades sociais e, até, do subdesenvolvimento, já que este padrão só pode ser obtido por uma minoria privilegiada, seja ela a população dos países centrais ou a pequena elite internacionalizada dos países periféricos. Isso se daria em vista da difusão desigual do progresso técnico que impediria que o padrão tecnológico e o estilo de consumo das economias centrais pudessem ser replicados nas economias periféricas sem provocar

grandes distorções no seu aparelho produtivo, nas suas estruturas sociais e na sua capacidade de afirmar a identidade nacional. A decisão pela cópia do padrão de consumo dos países desenvolvidos marginaliza parcela expressiva da população dos benefícios do progresso, condenando-as a sobreviver em condições precárias, vinculados a formas anacrônicas de produção (SAMPAIO, 2009).

Nenhum país haveria realizado sua industrialização sob o quadro do livre mercado sem uma política concebida com esse fim. Tal processo dá-se de uma forma diferente em cada época moldando-se em função do grau de acumulação alcançado pelos países líderes nesta trilha, assim o esforço relativo para dar os primeiros passos tende a aumentar. Furtado vê na consolidação de um sistema econômico nacional autônomo e calcado em centros nacionais de decisão, um fator indispensável à superação do subdesenvolvimento.

Em sua análise da formação do sistema capitalista mundial e das distintas trajetórias de desenvolvimento econômico, Furtado dá destaque ao papel fundamental desempenhado pelas políticas industrializantes como fator de emancipação e afirmação de determinados Estados nacionais. Somente onde houve uma atitude de contestação da teoria das vantagens comparativas, por meio de uma política de fomento à indústria, foi possível alcançar a capacidade de auto determinação indispensável à ascensão dos países dentro do sistema capitalista.

Observando os casos europeus de industrialização tardia do século XIX que conseguiram adentrar no núcleo do sistema mundial, para tal feito recorreram ao protecionismo e diminuíram sua dependência do comércio exterior. Furtado acredita que a receita para um sistema nacional autônomo com centros de decisão independentes também seja possível trilhando a mesma rota.

O protecionismo e o fechamento do sistema econômico surgem como o caminho que deve ser seguido pelos países periféricos em busca de sua autonomia nas decisões estratégicas do desenvolvimento. Para tal, é mister reduzir a dependência dinâmica do comércio exterior e do capital estrangeiro, para garantir a independência da economia nacional como mola propulsora do desenvolvimento e do estado nacional enquanto foro prioritário da tomada de decisões.

Assim, se justifica a defesa pela integração do território nacional, o fechamento da economia, consolidação do mercado interno e a busca pela identidade nacional são questões recorrentes da ideologia nacional desenvolvimentista a qual Furtado é próximo. Pretende-se, com isso, que se dê a conscientização dos grupos hegemônicos na composição do Estado para a questão do subdesenvolvimento e para que a questão nacional sobreponha-se às disputas entre as classes sociais. Seu argumento é de que as classes heterogêneas e pouco organizadas dos países subdesenvolvidos deveriam se unir em torno de um projeto nacional, e apenas o Estado nacional aberto à participação popular teria condições de nortear a luta contra o subdesenvolvimento, particularmente se guiado por uma burocracia estatal que efetivasse o planejamento econômico.

O governo militar é marcado por esta visão do desenvolvimento estritamente econômica, destituída de toda sensibilidade social. Assim, a questão social é agravada neste período de autoritarismo. Caberia a uma ação política o poder de gerar os recursos necessários para modificar tal modelo de desenvolvimento. Isso só seria possível por meio de um pacto social que emergja uma política do desenvolvimento preocupada com o bem estar de toda população (FURTADO, 1984).

Desta forma, Furtado conclui que a questão do subdesenvolvimento não é apenas econômica, mas também cultural e política. As classes dirigentes que se apropriam da maior parte do excedente disponível se identificam cultural e ideologicamente com as elites dos países do centro do Capitalismo e orientam o sistema econômico nacional no sentido de reproduzir os padrões de consumo destas. Nisto consiste o mito do desenvolvimento uma vez que esta linha de ação levaria sempre ao aumento da dependência externa e da concentração de renda, ampliando, portanto, as desigualdades sociais que tipificam o subdesenvolvimento

CAPÍTULO III –DEPENDÊNCIA CULTURAL

III.1) Sistema de Cultura

A cultura é vista como um sistema que se interrelaciona com a base material. A cultura seria um sistema, uma engrenagem particular que pertence à totalidade, sendo em si um subsistema autônomo. O estudo do subdesenvolvimento para Furtado é buscar apreender sua especificidade através da observação de como as forças produtivas se organizaram na história e analisar as bases econômicas, para, então, interpretar a interação desta com a super estrutura política, cultural e ideológica. O objetivo último seria identificar as formas de produção e apropriação do excedente e sua repercussão na composição das classes hegemônicas. A dominação imposta pela parcela mais abastada da população nortearia os valores culturais e ideológicos que compõe o sistema de cultura.

Na medida em que Furtado vê-se limitado pelo instrumental de um economista, ele começa a se interessar pela abordagem sistêmica da cultura numa tentativa de abranger a totalidade dos processos sociais de transformação. No entanto neste movimento ele peca ao não se aprofundar nos conceitos da antropologia, definindo-os de forma superficial. Sua explicação está mais focada em criar uma metodologia para a pesquisa, o que faz muito sentido para um intelectual que queria pensar em políticas para o país. Para isso ele toma parte da dialética como instrumento de trabalho, fazendo uso da máxima de que o todo não pode ser explicado pela análise isolada de suas partes, devendo ser reconstituídas as relações de interdependência entre os elementos, de modo que seja possível visualizar a cultura como um sistema. Tais conceitos haveriam surgido no campo da antropologia e da sociologia como uma reação ao caráter determinista e

teleológico das ideias de evolução e progresso, muito influentes no século XIX. O interesse por tais aspectos históricos permitiriam uma compreensão mais aguda da interdependência entre os distintos elementos materiais e não materiais que integram uma cultura. Essa preocupação com o comportamento dos sistemas culturais trazendo o reencontro destas duas áreas de conhecimento com a teoria econômica (BOLAÑO, 2013).

A cultura material está relacionada com a finalidade ou sentido que os objetos têm para um povo numa cultura, ou seja, a importância e influência que exercem na definição da identidade cultural de uma sociedade. O que é material e físico, objeto ou artefato é entendido pelos seres humanos como um patrimônio, como algo que é para ser apreendido, usado e preservado, que ensina a reproduzir o mesmo objeto ou a guardar a sua memória. Surgem aqui os objetos manufaturados (carácter artesanal) e os que são produzidos num ambiente tecnologicamente mais avançado, com o uso de máquinas. Os objetos têm uma época e lugar de produção, um povo que os faz e reproduz, logo têm um sentido histórico e humano: a relação entre o objeto e o seu sentido costuma ser o maior interesse das pesquisas em cultura material. Numa definição mais clássica, a cultura material pode assim ser entendida como o conjunto de artefatos criados pelo homem, combinando matérias-primas e tecnologia, o qual se distingue das estruturas fixas pelo seu carácter móvel. A noção de cultura material, que, em princípio, se aplicaria apenas a objetos isolados, poderá ser alargada de forma a abranger quase todas as produções humanas, levando a que alguns estudiosos considerem a história da tecnologia, os estudos de folclore, a antropologia cultural, a arqueologia histórica, a geografia cultural e mesmo a história da arte como subcampos de estudos de cultura material.

Por outro lado, a cultura imaterial não existe no mundo enquanto relacionada a um objeto, disso resulta a dificuldade em valorá-la economicamente. A cultura não material abrange todos os aspectos não-materiais da sociedade, tais como: normas sociais, religião, costumes, ideologia, ciências, artes, folclore, etc. Ela é tudo aquilo que já está registrado na forma como as relações sociais de produção se estruturaram, porém, não pode ser objetificado materialmente já que ela existe apenas enquanto uma linguagem. A cultura popular é um forte exemplo de cultura não material na medida que ela cria um rito que é passado entre as gerações, mas por outro lado não é muito registrado em livro já que sua passagem se dá mais pela oralidade.

Seu objetivo ao fazer tal movimento era entender como a cultura transformava-se em conjunto com a base material movida pelas transformações das forças produtivas. A base material seria composta das relações de produção que permitiriam a reprodução da sociedade, tendo a tecnologia como sua base. Neste processo de desenvolvimento das forças produtivas a relação entre progresso técnico e acumulação de capital é o ponto central. Isto fica evidente ao observarmos sua interpretação de Marx, identificando a tecnologia como fator determinante da base material. Desta forma, uma mudança em tal parâmetro, uma inovação tecnológica, por exemplo, também teria a capacidade de influenciar os sistemas de cultura, uma vez que estes existem sempre sob uma base material na qual a tecnologia é preponderante.

“sendo a cultura um conjunto de elementos interdependentes, toda vez que em determinadas condições históricas avança a tecnologia e se desenvolvem as bases materiais todos os demais elementos serão chamados a ajustar-se às novas condições, ajustamentos esses que darão origem a uma série de novos processos, com repercussões inclusive sobre a base material”

A cultura material seria representada pelos processos de produção e uso dos bens, enquanto seu componente não material abarcaria a organização social, arte, ciência, filosofia, religião, moral, costumes e etc. As mudanças sociais seriam o resultado da introdução de inovações que podem ser endógenas ou advindas de empréstimos de outras culturas. As inovações tecnológicas teriam um caráter dinâmico por excelência de forma que tendem a provocar reações em cadeia. Na transição da sociedade artesanal para a industrial, a introdução do tear mecânico provocou transformações tanto na organização da produção como na distribuição do produto social. De forma que o desenvolvimento econômico também é visto por Furtado como um processo de mudança social no qual certas necessidades humanas são criadas por tal transformação, ou se já existentes anteriormente são atendidas por meio da diferenciação do sistema produtivo.

Na medida em que a introdução de inovações afeta os elementos básicos que definem uma cultura, as suas relações de interdependência, acabam por provocar reações no processo produtivo como um todo em vista de sua dinâmica. Na medida em que Furtado toma a definição de desenvolvimento como hipótese ordenadora e retira o caráter idealista da dialética hegeliana e incorpora o conceito de “mudança social” crítico ao pensamento teleológico, permitindo, assim, recuperar a concepção de Hegel e Marx do processo histórico como totalidade (BOLAÑO, 2013). No entanto, este fenômeno também pode ser impulsionado por transformações na cultura não-material. A introdução de mudanças neste âmbito é capaz de mudar a forma como o trabalhador

se relaciona socialmente, podendo, assim, impulsionar uma transformação da estrutura social.

III.2) Formação da Dependência Cultural

O processo de formação histórica brasileira tem suas raízes no mesmo período em que se deu o processo de mundialização da civilização europeia, por meio das famosas grandes navegações. Tal movimento permitiu o deslocamento da fronteira agrícola do Velho Continente para as Américas, provocando profundas transformações nestes territórios em vista da introdução de grandes massas de mão-de-obra africanas, a implantação de linhas regulares de comércio interoceânicas são episódios de uma transformação (Furtado,1984).

O século XVI é marcado pela transição da grande influência da igreja católica para o reinado do secularismo. Nesta época o conhecimento fundava-se mais na compreensão do que na explicação das coisas, se baseava mais na analogia do que na lógica e vai substituir a consciência de pecado pela ideia de dignidade humana. Os dois movimentos muito presentes à época têm sentidos diferentes. O primeiro tem como ponto de partida uma nova interpretação da cultura clássica e conduz à secularização da vida civil e pressuposição que o mundo exterior pode ser expresso por meio de estruturas racionais em linguagem matemática. A explicação dada para o sucesso que permitiu a penetração do discurso racional é explicado pelo avanço realizado pela economia de mercado em detrimento das formas feudais de organização (FURTADO, 1984). O advento das técnicas necessárias à sustentação das engrenagens do capitalismo, fazem com que o cálculo econômico torne-se uma realidade. Tal artifício transforma o trabalhador e os recursos naturais em fatores de produção a fim de organizar racionalmente a produção, reforçando ainda mais a racionalidade econômica, legitimando, assim, a instrumentalização do homem e da natureza.

A chegada dos portugueses ao Brasil deu-se num momento histórico muito singular no qual a humanidade estava chegando na sua era moderna. As grandes navegações são, inclusive, um exemplo de tal afirmativa na medida em que para a consecução das mesmas eram necessários diversos conhecimentos de diferentes áreas do saber. A organização de informações diversas com um projeto em mente, caracterizaria uma fase pré-moderna. Foi na modernidade que a racionalidade econômica, tão fundamental para o estabelecimento dos valores materiais como norteadores da ação humana, se estabeleceu como uma das ordenadoras do desenvolvimento das forças produtivas (FURTADO,1984).

O segundo movimento é de mundialização da civilização européia. Isso se deu graças à abertura de novas linhas de comércio, permitindo o contato permanente entre as grandes civilizações do Oriente e Ocidente. Além disso, tal atividade permitiu galgar patamares muito mais elevados de acumulação na Europa. O foco de onde se dava este processo era Portugal. A cultura brasileira é um fruto deste processo de mundialização iniciado no século XVI, sendo diretamente influenciada pelo português. Enquanto povo dominante, os portugueses foram os únicos que conseguiram manter contato com suas matrizes, delas se realimentando. Assim, floresce a cultura brasileira em seu período colonial que apesar de ser portuguesa em sua temática e estilo incorpora também motivos locais e também uma gama de valores dos povos dominados. As expressões mais evidentes estão na escultura e na arquitetura, o que não é de toda uma surpresa em vista dos espaços que estas ocupam: a Igreja e o Estado.

A exploração e apropriação das terras brasileiras fazia-se no quadro de empresas agrícolas voltadas à exportação. No entanto, as atividades mercantis continuaram

intermediadas por agentes metropolitanos. No esquema do pacto colonial português, a metrópole era responsável por coordenar e fiscalizar as relações comerciais da colônia. Em outros países da América Latina esta relação foi mais flexível, permitindo o florescimento de uma classe burguesa mercantil que impulsionou movimentos independentistas, como teria ocorrido na Argentina, México e Venezuela. Tal traço da forma como a Coroa Portuguesa impunha-se com vigor revela uma possível explicação para que os movimentos culturais brasileiros mais vigorosos surjam apenas no século XVIII.

Em vista da forma como se deram as relações entre a colônia e a metrópole no contexto de uma relação precoce entre Estado e burguesia em Portugal e a total dominação da sociedade colonial pelo Estado e pela Igreja fizeram com que o processo de formação cultural se desse de forma “atrasada”, sofrendo influências que já haviam sido superadas no continente europeu. Um exemplo disto é o barroco, expressão artística que têm fortes traços do pré-humanismo. Aleijadinho, um dos seus grandes expoentes, é visto como último grande gênio da idade média. Por outro lado, a extraordinária performance do processo cultural brasileiro neste período nos afastou de uma Europa que passava por intensas transformações, em vista da emergência de novas tecnologias advindas com a Revolução Industrial.

Os ganhos de produtividade e o aumento do excedente conquistados com a mecanização permitiram uma grande intensificação da acumulação, causando o aumento dos padrões de consumo e sua diversificação. Enquanto isto, no Brasil, tomou força o processo de modernização dependente, ou seja, o direcionamento do excedente adquirido nas atividades exportadoras para padrões de consumo imitativos. A principal

marca deste período, no qual se dá a ruptura do Barroco, é uma crescente idealização romântica dos padrões europeus, levando as elites a um comportamento imitativo. Tal quadro contrasta-se com o que acontecia no outro lado do Atlântico, onde se dava uma passagem do mundo medieval para o humanismo.

O distanciamento entre elite e povo é o traço mais marcante deste período. Enquanto a elite parecia hipnotizada pelos valores oriundos da civilização industrial em processo de formação, tomando as manifestações culturais oriundas de lá como superiores, o povo era tido como uma referência negativa, simbolizando o atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural. Na medida em que é desprezado, isso fará com que as raízes não européias da cultura brasileira se consolidem. A grande diferenciação cultural que pode ser observada no país é resultado da autonomia criativa das raízes populares.

A urbanização e o surgimento das grandes cidades torna a presença do povo mais visível, não sendo possível simplesmente escamotear a criatividade cultural deste. Neste período também dá-se a emergência de uma classe média de grande importância econômica que introduziria novos elementos na cultura brasileira. Como grande parte dos elementos que a constitui estão muito mais próximos do povo, há uma penetração e envolvimento dos movimentos culturais do povo na cultura de massa. Tal fato assim como representa o fim do isolamento do povo, também é o início de seu processo de descaracterização.

A indústria transnacional de cultura toma força neste período de forma que ajudando a operar a modernização dependente. Enquanto a classe média sem autonomia criativa e sendo assediada pelos valores veiculados por tal indústria, mas ao mesmo

tempo tem uma conexão com a massa popular. No horizonte deste panorama reside a ameaça de descaracterização da cultura do povo. Apesar deste quadro alarmante, Furtado identifica alguns setores da classe média que teriam certa consciência crítica capaz de reverter a direção deste processo. Tais parcelas deste estrato social teriam uma percepção dos valores culturais de origem popular, criando certa resistência ao processo de descaracterização. Para ele, o futuro depende da consolidação desta oposição às forças vigentes, pois esta seria a única forma de preservar os espaços de criatividade que sobrevivem na massa popular.

III.3) Cultura da Dependência

O subdesenvolvimento é o resultado de uma formação histórica sob condições específicas. Além disto, tal conformação social também denota uma relação de dependência, uma vez que Furtado trabalha dentro do marco analítico inaugurado por Prebisch do sistema Centro-Periferia. Não existiriam países subdesenvolvidos se não houvessem os desenvolvidos, portanto, tal caracterização carrega consigo uma relação de subordinação entre as nações que ocupam cada categoria. A dominação cultural também se conforma como um alicerce da dependência e evoluiu em conjunto com o sistema capitalista mundial. Na segunda metade do século XX, com o surgimento das grandes empresas transnacionais e a integração dos mercados financeiros, a cultura também torna-se um vetor de dominação. O fenômeno usualmente chamado globalização impôs aos Estados Nacionais um padrão de vida e consumo FURTADO,1984.

Pode-se afirmar, inclusive, que não foi apenas uma uniformização, mas a imposição de uma cultura dominante oriunda do centro hegemônico do sistema, representado pelos Estados Unidos da América. Tal processo deu-se por meio da imposição de processos produtivos e produtos que foram desenvolvidos no centro do sistema. Também é importante salientar que a indústria cultural teve um papel de destaque na conformação deste quadro uma vez que através dos meios de comunicação de massa (indústria audiovisual, musical e literária) pôde atingir uma vasta gama de indivíduos.

A fim de esmiuçar o processo de dominação cultural Furtado concebe o conceito de modernização. Tal processo daria-se na medida em que as classes dominantes

introduziram padrões de consumo sofisticados importados do Centro sem o correspondente processo de acumulação de capital e desenvolvimento dos métodos produtivos. Criando uma pressão no sentido de ampliação do excedente para ser utilizado na importação. A expansão desta parcela econômica pode se dar pelo aumento da exploração ou pelo incremento no volume das exportações.

Para Furtado, tal processo fica mais claro quando as nações subdesenvolvidas iniciam sua industrialização. Neste contexto, eles se empenham em produzir para o mercado interno o que antes era importado. A produção é realizada com equipamentos importados, tais indústrias concorrem com a produção artesanal e tem como fim produzir bens simples destinados à massa da população. No entanto, não chega a se constituir um núcleo industrial uma vez que não há vínculo entre elas. A orientação dada ao progresso técnico, ou seja o uso de máquinas importadas na produção, não reflete o nível de acumulação alcançado pelo país, mas sim o perfil de diversificação da demanda.

Desta forma, o trabalhador que deseja se inserir neste mercado deve obter um mínimo de qualificações profissionais, ou então ficará relegado à margem, ou seja, terá que buscar uma ocupação no setor não-capitalista. A introdução da tecnologia dos países cêntricos impõe um padrão ao empregado que também é alheio à sua realidade enquanto cidadão de um Estado Nacional subdesenvolvido.

Na medida em que o processo de modernização, ou seja, o esforço realizado pelas elites que se apropriam do excedente em reproduzir o padrão de consumo dos países cêntricos, gera esta pressão que orienta a distribuição de renda, os preços relativos e o salário real, essa força dá origem à diversificação da demanda , assim,

orienta a introdução do progresso técnico. Ela determina a diferença entre o salário industrial (capitalista) e do setor de subsistência (não-capitalista). Há uma forte relação entre o grau de diversificação da cesta de bens e o nível de dotação de capital por pessoa e o avanço da técnica. Quanto maior for a renda per capita de um país, mais diversificado será o consumo do cidadão médio e mais elevada será a quantidade de capital por trabalhador.

O que implica tal quadro não é resultado apenas do controle do sistema de produção local por estrangeiros com a chegada das transnacionais. Por outro lado, tal comando exterior facilita e aprofunda a dependência. Os grupos dominantes ao serem colonizados culturalmente direcionam o excedente alcançado graças a altos níveis de exploração de forma a favorecer o interesse da burguesia internacional, lhes garantindo um mercado capaz de absorver os novos produtos criados pela evolução da técnica. Na medida em que esta aliança está consagrada fica aberto o caminho para o intercâmbio desigual entre o centro e a periferia do sistema capitalista. Uma das características da dependência consiste nesta disparidade entre o nível de consumo e a acumulação de capital no aparelho produtivo.

No entanto, Furtado em sua análise ainda faz uso demasiado do instrumental econômico e subestima os fatores culturais. Apesar de construir em sua linha de raciocínio a relação entre a utilização deste excedente e seus reflexos na cultura material e não-material, a tecnologia empregada não afeta apenas padrões de consumo. Neste processo se dão mudanças culturais de profundo alcance que implicam em transformações nas relações sociais de produção (BORJA, 2009).

A introdução de processos produtivos dos países centrais faz com que passem a ser exigidas qualificações do trabalhador que não existiam em seu contexto. Desta forma, elas alteram o sistema de cultura de forma profunda afetando a educação e a formação nas instituições de ensino. A grande transformação imposta por estas condições ultrapassa o processo de modernização e se conforma no estabelecimento de uma cultura da dependência que abarca as formas de produção, apropriação e utilização do excedente; a estrutura de poder; as relações sociais num sentido amplo.

As classes dominantes ao assimilarem os padrões de consumo dos países centrais, quando iniciam o processo de industrialização aprofundam a dependência. Os dois setores convivem nesta economia, no entanto é imposta a cultura do setor industrial ao setor de subsistência, aprofundando o dualismo estrutural e a concentração de renda. Tal fenômeno é necessário em vistas a fazer frente para a manutenção do consumo e da produção de bens oriundos dos países cêntricos.

Assim dá-se o reflexo da cultura da dependência na formação dos salários. Para que se defina o limiar entre produção excedente e produção necessária, antes deve-se estabelecer um patamar mínimo que garanta a reprodução da mão de obra. Sendo estes balizados de acordo com o setor de subsistência, apesar de sua produtividade no setor industrial ser maior. Desta forma, o nível de subsistência é definido em outras bases culturais que não as do setor capitalista, os trabalhadores estão sempre numa posição desconfortável.

Tal dualismo estrutural agravado por seu vetor cultural conduz as classes dominantes a se identificarem mais com os valores culturais e ideológicos do centro do que com os de seu próprio país. De forma que este grupo social detentor do poder e do

capital opera a exploração do trabalhador em nome da manutenção de valores alheios à realidade nacional.

Portanto, observa-se que tendo em vista a dominação cultural exercida pelos países cêntricos do sistema capitalista mundial e a cultura da dependência instituída internamente pelas elites locais, a tarefa de consolidação de uma identidade nacional com um objetivo comum torna-se muito mais difícil.

III.4) Acumulação e Criatividade

A sociedade capitalista na medida em que vive em função do lucro, tem como fim último a acumulação. Tal sentido da atividade produtiva se materializa graças à crença no progresso, ou seja, que vale a pena acumular para se ter num futuro. Desta forma, os meios tornam-se os fins. A riqueza torna-se um fim em si mesma, no movimento tautológico do capital (BOLAÑO, 2013). Para Furtado, seria neste ponto em que a atividade criadora é esvaziada de liberdade, no qual ela deixa de atender às necessidades humanas e subordina-se ao processo de acumulação.

“Se se traduz aumento nos gastos de consumo e diversificação deste por elevação do nível de vida, reintroduz-se na ideia de desenvolvimento o critério valorativo de progresso no bem-estar social. Mas não se deve perder de vista que essa evolução do consumo é um subproduto do processo de reprodução das desigualdades sociais e exclui outras formas de elevação do nível de vida, concebíveis em função de outros projetos de transformação social”

[FURTADO, 1978, pp.58]

A diversificação do consumo que foi conquistada graças a recondução do excedente para a importação, por meio do processo de modernização opera no sentido de buscar um padrão de vida moderno, em vista do acesso indireto à civilização industrial (FURTADO,1974). No entanto, tal processo amplia a reprodução das desigualdades uma vez que exclui outras possibilidades de elevação do nível de vida.

Os valores materiais e não materiais que sustentam este sistema de cultura nascem em vista do estabelecimento da racionalidade econômica como pressuposto que

organiza a produção. Eles funcionam como um limite para o ambiente em que se dá a produção. Desta forma, as atividades produtivas subordinam-se à lógica da acumulação em vista da substituição dos meios pelos fins. Tal forma de exercer a razão também é a base que dita a “racionalidade instrumental” que se faz presente nos âmbitos social e político na medida em que orienta a formulação de normas de regulação da convivência. Em última instância, até o homem enquanto indivíduo ao se perceber através do olhar proposto por tal pensamento é “coisificado” e se vê como um objeto. Na medida em que o indivíduo entende que a razão é inerente à sua pessoa, ele faz uso dela para calcular com precisão as vantagens e desvantagens de sua ação de forma que adequa seu esforço à consecução de seus objetivos, ou seja, seu bem-estar material. Tal interpretação que reduz a complexidade da subjetividade dos desejos e anseios do homem está inscrita num conjunto de valores complexos presentes nos próprios indivíduos e nas comunidades a que pertencem. Tais valores, baseiam-se na apreciação magnificada do consumo, pois este seria essencial ao bem-estar humano que pode ser definido em termos materiais e de hierarquia social.

"A massa fabulosa de recursos investidos hoje em dia na ciência e suas aplicações encontra sua razão de ser nessa eficácia. E o alvo central desta, hélas, é o poder militar e a acumulação. A revolução cognitiva que seria necessária para modificar num rumo positivo, no sentido de desalienante, a rota de nossa civilização, implicaria em restaurar o saber como um fim em si mesmo, em estabelecer o primado da sabedoria sobre o conhecimento.

[Furtado, 1978, pp. 173]

Neste ponto Furtado nos leva à morte de Deus em Nietzsche. Para ele, neste momento da obra do filósofo o homem é empoderado uma vez que agora diante da inexistência de um Ser Supremo, ele torna-se capaz de auto transformar-se, assumindo, assim, com plenitude sua liberdade. A morte de Deus concede à humanidade uma vontade poder ilimitada visto que o realmente humano é criado apenas pelo próprio homem. Esta vontade ilimitada, nasce da capacidade que o ser humano tem de usar sua criatividade e interpretar os fatos à sua maneira. A interpretação é sempre um resultante desta interação entre o signo e o significante em que nasce o sentido, ou seja, tal constatação é uma negação de que existiria um sentido objetivo dado, o significado é construído nas linhas de contato do objeto com o mundo.

“Contra o positivismo, que permanece no fenômeno: ‘só há fatos’, diria eu: não, justamente não há fatos, apenas interpretações.” (KSA 9. 329, Nachlass/FP 7 [60]). Na base dessa afirmação, identificamos a rejeição peremptória da existência de um significado objetivamente dado, já que a sua caracterização passa pela maleabilidade constitutiva do ato acrescente ou fundador do próprio significado. A afirmação de que não há um significado objetivamente dado não quer pôr em questão a existência ou não de objetos externos, mas assinalar que o ato de colocar um objeto em correspondência com um signo, seja através da extensão de seu conceito ou da designação dos diversos seres que ele pode abarcar, já é resultado de uma interpretação. O modo como o objeto é designado e o modo como nos é dado esse objeto é sempre resultante.”

[AZEREDO, 2010, pp.145-146]

A ideia de um Deus superior seria vista por Nietzsche como um limitante das suas possibilidades. Estaria aí a raiz da condição superior do homem, enquanto criador, ou seja, responsável por sua própria obra que outra coisa não é senão humana. Desta forma, os conceitos de liberdade e de criatividade estão imbricados. O homem manifesta sua liberdade exercendo sua criatividade, o que vincula a obra ao seu criador moralmente, inclusive (FURTADO,1978).

Dois processos de criatividade cultural convergem para que se dê a difusão e emergência da civilização industrial: a revolução burguesa e a científica. Enquanto a Revolução Burguesa transforma os valores materiais revolucionando as atividades produtivas e a estrutura social, a forma como o conhecimento é produzido também se transforma, fazendo com os aspectos não-materiais também acompanhem o mesmo sentido de transformação. A sociedade burguesa funda-se sob a racionalidade econômica para se organizar por meio da instrumentalização do conhecimento, ou seja, da desvinculação do criador com sua obra. Portanto, a forma como se produz o conhecimento também se relaciona a uma certa estrutura de poder na medida em que a ciência também é fruto de uma dada estrutura social. A revolução burguesa é a implantação de um tipo de dominação social condizente com a mercantilização dos ingredientes da produção. Desta forma, temos que para a manutenção da ordem vigente operam em conjunto a estrutura de conhecimento e de poder.

A revolução do paradigma científico trazido por Galileu permite à ciência quantificar fenômenos naturais. Desta forma, é dada uma estrutura racional à natureza por meio de caracteres geométricos. Tal revolução epistemológica relega às avaliações qualitativas um estágio anterior à racionalidade sendo estas tidas como ingênuas. O

avanço da formalização da ciência se deu através da redução da realidade a seus componentes últimos. Desta forma, eram estabelecidas relações de causalidade de forma analítica. No entanto, a prática das ciências sociais nunca conseguiu manter-se fiel a este paradigma. Esse campo do saber toma a criatividade como uma faculdade humana de interferir no determinismo causal, enriquecendo os processos sociais. Portanto, em vista de sua práxis estar atrelada ao curso material da história, as ciências humanas não seriam capazes de alcançar o mesmo grau de precisão que as ciências duras.

Tal processo de condicionamento da criatividade à racionalidade instrumental dá-se com o auxílio da justificativa de que o conceito de necessidade humana não é preciso. Então, ele é definido de acordo com a conveniência dos meios, ou seja, em função da reprodução da sociedade burguesa internacional. A liberdade torna-se, então, mero instrumento. Desta forma, a criação científica subordina-se às conveniências da inovação técnica assim como o engenho tecnológico ao processo de acumulação.

A busca pela autonomia é lutar por um desenvolvimento que, de fato, atenda às necessidades de uma sociedade. É inverter a lógica dos meios sobre os fins. É definir internamente o que é prioritário para o país e não aceitar uma colocação vinda do exterior. Isso seria possível com o estabelecimento do Desenvolvimento Endógeno, na medida em que os padrões internos seriam mais importantes que os externos. A liberdade seria a possibilidade que uma sociedade tem de estabelecer suas prioridades enquanto coletivo.

CONCLUSÃO

O interesse de Celso Furtado pela questão cultural nos revela não apenas um economista, mas um intelectual completo preocupado não apenas com a questão econômica. Sua insatisfação com o instrumental do economista e a busca de respostas em outras áreas do conhecimento denota um esforço de pesquisa notável.

A busca pelo desenvolvimento endógeno que percorre toda sua trajetória é a necessidade de que o Desenvolvimento de fato atenda às prioridades estabelecidas por uma sociedade, é uma busca por autonomia. A heterogeneidade social presente no contexto brasileiro dificultou este processo de ajustamento de uma coesão interna, uma questão de identidade cultural para Furtado. Os grupos sociais que por não terem tido acesso ao padrão de consumo e de vida dos países centrais foram excluídos socialmente e economicamente, porém, conseguiram manter e reproduzir parte de suas raízes culturais. Entretanto, as classes dominantes se identificavam mais com os valores sociais oriundos dos países cêntricos buscando reproduzir seu padrão de consumo e de vida. Tal heterogeneidade do tecido social dificultava a união de forças políticas em torno de um objetivo comum que seria o Desenvolvimento Endógeno.

“A superação desse impasse, somente a criatividade política impulsionada pela vontade coletiva poderá produzi-la. Ora, essa vontade coletiva terá de surgir de um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura. É aqui que se insere a questão inicial: que somos? Uma reflexão sobre nossa própria identidade terá que ser o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente, se desejamos que o desenvolvimento futuro se alimente da criatividade do nosso povo e contribua para a satisfação dos

anseios legítimos deste.”

[FURTADO, 2012]

No entanto, tal comportamento de mimese do padrão de consumo cêntrico está fadado ao reforço dos laços da dependência uma vez que para a manutenção destes privilégios o excedente da produção do país era direcionado para a importação de bens que não eram produzidos internamente, afastando o país do objetivo de fortalecer seu mercado interno. Desta forma, a heterogeneidade social agia como um obstáculo ao desenvolvimento endógeno.

A superação deste entrave se daria com a consolidação de uma identidade cultural que deve se dar através de uma relação enriquecedora com sua história cujo papel é fundamental na medida em que permite reverter a dependência cultural. É resgatando suas origens que um povo constrói um ideário que seja capaz de lhe servir como identidade.

Tal identidade se faz necessária em vista do caráter de intencionalidade política fundamental para que a superação do subdesenvolvimento se dê. O debate trazido por Furtado está sempre dentro dos marcos da Economia Política, evidente em sua preocupação com o direcionamento do excedente. Assim, o papel do político assume um caráter relevante e indispensável para a reelaboração dos fins últimos do desenvolvimento. Os diferentes estratos sociais decidiriam juntos os rumos das políticas que seriam implementadas. O desenvolvimento endógeno permitiria uma certa reversão da heterogeneidade social, associada a uma transformação sócio-política que seria capaz de impedir a esterilização de parte do excedente.

Portanto, percebe-se que para a consecução do Desenvolvimento é, antes de tudo, necessário admitir seu caráter político. A solução não está num rebuscamento da

técnica através de modelos econométricos que tratam a realidade como se ela não fosse um produto social e histórico. Na medida em que tal processo requer intencionalidade dos dirigentes, é indispensável travar um estudo da realidade por meio de seus movimentos na história. A liberdade buscada por Furtado consiste na conquista desta autonomia tendo a política como pedra de fundação.

BIBLIOGRAFIA:

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, (1988) 2000.

Bolaño, C. **Considerações sobre conceito de cultura em Celso Furtado.** *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento.* Rio de Janeiro: E- papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

Borja, B. **Notas sobre a Dimensão Cultural na obra de Celso Furtado.** In: D'Aguiar, R.F. (org.), *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento.* Rio de Janeiro: E- papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

_____. **Para a Crítica da Economia do Desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional.** In: MALTA, M. M. (coord.), *Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro.* Rio de Janeiro: IPEA / Centro Celso Furtado, 2011.

_____. **O Sentido da Tecnologia : a Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado.** Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

_____. **Celso Furtado e a cultura da dependência.** Revista Oikos, volume 8, n.2. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.247-262

COCCO, G. **Trabalho sem obra, obra sem autor: a constituição do comum.** Periódico Permanente v.2, n.2, 2013.

DUTRA DE AZEREDO, V. **Nietzsche e a modernidade: ponto de virada.** *Cadernos Nietzsche* 27, p. 143-168, 2010.

FERREIRA SANTOS, M. **Cultura Imaterial e processos simbólicos.** Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 14: 139-151, 2004.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

_____. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

_____. **Dialética do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura.** Organização: Rosa Freire D'Aguiar.- Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GANEM, A. **O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek.** In: GANEM, A. , MALTA, M.M. e FREITAS, F.(orgs.) **Economia e Filosofia: controvérsias e tendências recentes-** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino americano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SAMPAIO, JR. **Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do Capitalismo.** Uberlândia, Revista Economia — Ensaio, v. 22, n. 2, 2009.